

# Entre bozales e sujeitos de cor. A vacinação contra a varíola nas cidades do Rio de Janeiro e *La Habana* (1804-1808)

*Between bozales and subjects of color. Smallpox vaccination in the cities of Rio de Janeiro and La Habana (1804-1808)*

*Entre bozales et coloureds. Vaccination contre la variole dans les villes de Rio de Janeiro et de La Habana (1804-1808)*

**Jaqueline Hasan Brizola**

Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz,  
FIOCRUZ  
brizajaque@gmail.com

## Resumo

O ano de 1804 marca a chegada da expedição espanhola coordenada pelo médico Francisco Javier de Balmis, que trouxe aos domínios espanhóis do continente americano a vacina contra a varíola, preventivo idealizado pelo inglês Edward Jenner em 1798. A presente comunicação objetiva apresentar dados acerca da vacinação de sujeitos escravizados e não brancos em Havana, Cuba, e no Rio de Janeiro, Brasil, entre os anos de 1804 e 1808. Nota-se que, embora a expedição de Balmis não tenha contemplado o Brasil, ainda assim, ocorreu a tentativa de difusão da vacinação antivariólica nesse país por meio da ação de comerciantes brasileiros que enviaram crianças escravizadas à Lisboa a fim de testarem o experimento antes da chegada da Corte de Dom João VI no Rio de Janeiro em 1808, como demonstram os documentos trocados entre os encarregados do Rei na colônia e o conselho ultramarino em Portugal. Tendo como referência as informações provenientes da imprensa em Havana e das obras completas do médico responsável pela vacinação na ilha, Dr. Tomás Romay y Chacón, foi possível conhecermos os impactos da medida preventiva na capital Havana. Partindo dos relatórios da Junta Central de La Vacuna, órgão que coordenava a vacinação na ilha, observa-se a alta razão de pessoas imunizadas entre os africanos recém-chegados, também chamados bozales, e a baixa adesão de pessoas brancas ao preventivo. A comparação entre as estratégias de vacinação em duas cidades americanas de grande importância para os impérios aos quais pertenciam na época colonial revelou a lógica racial que conduziu as ações dos vacinadores e das autoridades envolvidas com a vacinação, já que os escravizados recém-chegados ao continente foram os primeiros a testarem o preventivo em Cuba, ao mesmo tempo em que viabilizaram as primeiras tentativas de imunização no Brasil.

**Palavras-chave:** Vacina, varíola, comércio de africanos, Rio de Janeiro, Havana.

## Abstract

The year 1804 marks the arrival of the Spanish expedition coordinated by the doctor Francisco Javier de Balmis, who brought the smallpox vaccine to the Spanish domains on the American continent, a preventive measure devised by the Englishman Edward Jenner in 1798. This paper aims to present data on the vaccination of enslaved and non-white people in Havana, Cuba, and Rio de Janeiro, Brazil, between 1804 and 1808. Although the Balmis expedition did not include Brazil, there was still an attempt to spread anti-varicella vaccination in that country through the actions of Brazilian merchants who sent enslaved children to Lisbon to test the experiment before the arrival of Dom João VI's Court in Rio de Janeiro in 1808, as shown by the documents exchanged between the King's officials in the colony and the overseas council in Portugal. Using information from the press in Havana and the complete works of the doctor responsible for vaccination on the island, Dr. Tomás Romay y Chacón, we were able to learn about the impact of the preventive measure in the capital Havana. From the reports of the Junta Central de La Vacuna, the body that coordinated vaccination on the island, we can see the high ratio of immunized people among newly arrived Africans, also called bozales, and the low adherence of white people to the preventive measure. The comparison between the vaccination strategies in two American cities of great importance to the empires to which they belonged in colonial times revealed the racial logic that led the actions of vaccinators and the authorities involved in vaccination, since the enslaved people who had recently arrived on the continent were the first to test the preventive in Cuba, at the same time as they made the first attempts at immunization in Brazil possible.

**Keywords:** Vaccine, smallpox, African trade, Rio de Janeiro, Havana.

## Résumé

L'année 1804 marque l'arrivée de l'expédition espagnole coordonnée par le médecin Francisco Javier de Balmis, qui a apporté aux domaines espagnols du continent américain le vaccin contre la variole, une prévention mise au point par l'Anglais Edward Jenner en 1798. Cette communication vise à présenter des données sur la vaccination des personnes asservies et non blanches à La Havane (Cuba) et à Rio de Janeiro (Brésil) entre 1804 et 1808. Bien que l'expédition de Balmis n'ait pas inclus le Brésil, il y a tout de même eu une tentative de diffusion de la vaccination anti-varicelle dans ce pays grâce à l'action de marchands brésiliens qui ont envoyé des enfants en esclavage à Lisbonne pour tester l'expérience avant l'arrivée de la cour de Dom João VI à Rio de Janeiro en 1808, comme le montrent les documents échangés entre les fonctionnaires du roi dans la colonie et le conseil d'outre-mer au Portugal. Grâce aux informations de la presse de La Havane et aux travaux complets du médecin responsable de la vaccination sur l'île, le Dr Tomás Romay y Chacón, nous avons pu connaître l'impact de la mesure préventive dans la capitale, La Havane. Les rapports de la Junta Central de La Vacuna, l'organisme qui coordonnait la vaccination sur l'île, montrent le taux élevé de personnes vaccinées parmi les Africains nouvellement arrivés, également appelés bozales, et le faible taux d'application de la mesure préventive parmi les Blancs. La comparaison entre les stratégies de vaccination dans deux villes américaines de grande importance pour les empires auxquels elles appartenaient à l'époque coloniale a révélé la logique raciale qui a guidé les actions des vaccinateurs et des autorités impliquées dans la vaccination, puisque les personnes réduites en esclavage récemment arrivées sur le continent ont été les premières à tester le préventif à Cuba, en même temps qu'elles ont rendu possibles les premières tentatives de vaccination au Brésil.

**Mots-clés:** Vaccin, variole, traite africaine, Rio de Janeiro, La Havane.

## Introdução

A vacina antivariólica chegou ao continente americano nos primeiros anos do século XIX. Idealizada pelo médico inglês Edward Jenner, a técnica que utilizava o material varioloso das vacas (*cowpox*) para ser inoculado em humanos, revolucionou as formas de conter a terrível varíola ao mesmo tempo em que gerou resistências entre as populações do novo mundo. O presente arti-

go tem como objetivo discutir aspectos relacionados à chegada da vacina em duas cidades portuárias: Rio de Janeiro e Havana. Estas localidades estavam entre os principais entrepostos comerciais do continente americano, onde desembarcaram milhares de sujeitos escravizados no período e onde, frequentemente, irrompiam epidemias de varíola, febre amarela, entre outras doenças infecto-contagiosas.

Longe de ser um problema resolvido, as epidemias seguem assolando nossas sociedades no início do século XXI, o que torna a temática das resistências elaboradas contra esses eventos, atual e relevante. Mesmo que o período temporal focalizado neste estudo remonte a primeira década do século XIX, algumas ações levadas a cabo pelos sujeitos que viveram aquele tempo nos ajudam a entender os aspectos causais que desencadearam o descontrole das enfermidades. Daí a pertinência em abordar o tema proposto no dossiê *One Health: novas abordagens históricas em contexto de COVID-19*. Buscando problematizar as respostas oferecidas às vacinas em outros contextos históricos, quiçá possamos refletir sobre as epidemias e os conflitos que decorrem delas no tempo presente.

A pesquisa em fontes primárias e o cruzamento com informações provenientes da imprensa e dos tratados médicos em Havana demonstram a ocorrência da vacina de Jenner nestas localidades no ano de 1804. Nota-se, entretanto, um maior número de escravizados vacinados, já que a população branca não aderiu ao preventivo nos primeiros tempos. Como veremos a partir dos relatos do médico cubano Tomás Romay y Chacón, havia uma desconfiança generalizada quanto à eficácia da vacinação entre os moradores de Havana, que não hesitaram em apresentar seus cativos aos vacinadores enquanto preservavam os corpos de seus filhos<sup>1</sup>.

Para o Rio de Janeiro, os avisos e comunicados trocados entre os representantes do Rei na colônia e o conselho ultramarino em Lisboa nos trazem um panorama do longo e difícil caminho que a técnica de imunização pela vacina percorreu naquela localidade, assim como em outras partes do Brasil. No presente artigo, analisaremos os avisos oficiais enviados ao Reino e escritos pelo governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes, sobre a chegada da vacina no Brasil, além de um manuscrito produzido no ano de 1859 por demanda do Imperador D. Pedro II. O monarca desejava conhecer a identidade do responsável pela

<sup>1</sup> A vacina, desenvolvida a partir dos experimentos do médico inglês Edward Jenner, consistia na inoculação do cowpox, a varíola das vacas, em humanos, que ainda não haviam contraído a doença. Após esse procedimento, aguardava-se oito dias para retirar matéria orgânica do vacinado por meio de suas pústulas, esse pus era utilizado para a produção de novas vacinas [1].

primeira vacinação no Brasil.

Diante disso, torna-se necessário estabelecermos alguns questionamentos. Como ocorreu a chegada da vacina Jenneriana em cidades do continente americano? Que tipo de estrutura existia para a implementação da vacina? E, ainda, de que maneira as comparações entre Havana e Rio de Janeiro nos ajudam a obter respostas acerca do comportamento de sujeitos que viveram na América colonial no momento de enfrentar epidemias e recepcionar a nova técnica contra a varíola, preconizada pela ciência e notabilizada pelo método experimental?

Essas “irmãs do Atlântico”, segundo a expressão utilizada pela historiadora Ynaê Lopes dos Santos (2012) para se referir as duas cidades, foram palco de uma estrutura organizada e calculada para o bom funcionamento do comércio de homens e mulheres africanos ao longo de mais de três séculos, mas esta não é a única semelhança existente entre as duas localidades. Nas últimas décadas do século XVIII, e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XIX, quando o mundo ocidental vivia os impactos da “Era das Revoluções”, quando o Haiti presenciou a maior rebelião de escravos nas Américas e as Províncias ao sul do continente aboliam a escravidão, as duas cidades permaneceram como bastiões do comércio de pessoas, que não apenas seguiu seu funcionamento, como foi incrementado [2].

Mas, embora saibamos do peso de ambas as cidades para a continuidade das relações escravistas nas américas, pouco avançamos na obtenção de respostas acerca da influência desta migração forçada para a saúde das populações que habitavam o continente. No século XIX, o reordenamento urbano verificado tanto em Cuba como no Brasil e as teorias racistas em voga na Europa foram essenciais para a consolidação de um discurso que responsabiliza os escravizados e seus descendentes pelas mazelas sofridas em múltiplos e variados planos do convívio social.

As comparações entre os métodos de tratamentos contra a varíola, utilizados em duas cidades escravistas do novo mundo, nos ajudam a compreender o papel desempenhado pelos escravizados no momento de conter enfermidades potencialmente epidêmicas. A abordagem comparativa, neste caso, traz inúmeros benefícios à pesquisa histórica, já que a descrição de um fenômeno particular, quando confrontado com outros fenômenos semelhantes ou díspares, acaba por contribuir para uma maior apreensão de seus contornos essenciais, e, portanto, suas especificidades [3]. Deste

modo, o cruzamento de dados relacionados à chegada da vacina antivariólica, comparando duas localidades distintas, mas que apresentam atividades semelhantes nos ajuda a entender o papel de sujeitos escravizados nos testes realizados com o preventivo nos primeiros tempos da vacina.

Como o leitor (a) deverá observar os dados de que dispomos para analisar a vacinação antivariólica nas cidades do Rio de Janeiro e Havana em princípios do século XIX são oriundos de documentos diversificados. Destacam-se as fontes qualitativas, que oferecem informações minuciosas sobre a vacinação em Havana. Diante de relatos médicos e informações provenientes da imprensa havanense optou-se por empreender uma abordagem metodológica capaz de fornecer uma série de informações quantificáveis acerca do número de vacinados na capital cubana, sua cor e procedência em alguns casos. Cumpre salientar que o período de tempo enfocado na presente análise compreende os anos de 1804 a 1808. Busca-se, deste modo, compreender as ações e reações dos indivíduos frente à vacina nos primeiros anos de sua chegada no Rio de Janeiro e Havana, período em que o desembarque de africanos ocorria de forma sistemática nas duas cidades.

A ideia de que os africanos foram os responsáveis pela introdução da maioria das doenças contagiosas que se desenvolveram no Brasil ou em Cuba foi uma constante, não apenas na documentação oficial trocada por agentes da burocracia estatal nos séculos XVIII e XIX, como pela produção historiográfica, que até meados do século XX, seguia estabelecendo parâmetros baseados no preconceito racial para empreender uma análise das doenças nas Américas. Daí a difusão de obras como a de Otávio Freitas (1935) na década de 1930, cujo título, “Doenças africanas no Brasil”, já anunciava seus propósitos racistas [4]. Em Cuba, as muitas epidemias de febre amarela que ocorreram na Ilha ao longo do período colonial, também eram vistas como um mal trazido pelos escravizados. Diante do desconhecimento do agente causal da enfermidade, responsabilizar os africanos foi a saída encontrada por séculos, afirma a historiadora Ana Paulina Aguilar (2009). Segundo a autora, o consenso de que os pretos corpos carregavam o perigo amarílico levou as autoridades espanholas a isolá-los e estigmatizá-los [5]. Entre os historiadores que se dedicaram à história da vacina no continente americano, devemos destacar os estudos pioneiros de Sidney Chalhoub (1996) e Tânia Fernandes (2010). Ambos autores introduziram o assunto na historiografia brasileira, alertando para as difi-

culdades enfrentadas pelos vacinadores a partir do caso do Rio de Janeiro. Chalhoub apontou à resistência da população ao método no século XIX [6] e Fernandes demonstrou o percurso institucional levado a cabo após a chegada da Corte de D. João VI para que a vacina produzisse seus efeitos no Brasil [7].

Luis Felipe Camargo (2007) e Felipe Portugal (2018) focalizaram a introdução da vacina nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Analisando a documentação trocada entre o governador da capitania de São Paulo, Francisco Horta, e o físico-mor, Mariano José de Amaral, Camargo concluiu que a vacina Jenneriana estava sendo ministrada entre os paulistas já no ano de 1803, quando chegou à capitania o “pus” proveniente de Londres e Lisboa [8]. Para Camargo, detalhes acerca do processo apareceram nos relatos de Mariano José do Amaral em razão de uma epidemia de varíola que se abateu sobre a capitania em 1803. Esse evento teria sido imputado a um comboio de negros novos vindos do Rio de Janeiro.

Luis Felipe Portugal (2018), que estudou a introdução da vacinação antivariólica no Império Luso, afirmou que a vacina já estava presente na década de 1810 graças à atuação da Coroa portuguesa, que promoveu uma política pró-vacinação na metrópole e em suas colônias [9]. Ao analisar a instituição da vacinação no Brasil após a chegada da Corte Joanina em 1808, Portugal destacou os processos ocorridos no Rio de Janeiro a partir do empenho pessoal do Príncipe Regente em promover a vacinação, fato também observado por Fernandes (2010).

José López Sánchez (1997) escreveu sobre as epidemias em Cuba e as iniciativas para contê-las no período colonial. Partindo das atuações dos médicos Tomás Romay y Chacón, responsável pela institucionalização da vacina antivariólica na ilha e Carlos Finlay y Barrés, o homem que decifrou o enigma da transmissão da febre amarela no século XIX [10]. López Sánchez aporta grande contribuição à historiografia latino-americana e caribenha ao demonstrar as *huelas* cubanas na história da ciência baseada no método experimental. Em Havana existiam homens dedicados à ciência e os estudos levados a cabo por esses sábios salvaram milhares de vidas não apenas no continente americano.

López Sánchez (1997) observou, ainda, que estes homens ilustrados estavam a serviço de uma classe que ganhava importância no século XIX. Atento as principais questões da época em que investiga, Sanches mencionou o problema da escravidão. Segundo o autor, ainda que a compra e venda de escravizados representasse um

atraso para os propósitos de uma elite que buscava reconhecimento pela ciência e pelas artes, a burguesia cubana era partidária da escravidão, já que esta instituição era necessária à sobrevivência da empresa açucareira e cafeeira na região.

O historiador cubano Beldarraín Chaple (2010) esclareceu que a presença da varíola foi contínua entre os escravizados em Cuba [11]. Além disso, a escravidão era a pedra angular da economia havanense entre fins do século XVIII e princípios do século XIX e a alta mortalidade dos escravizados constituía prejuízo econômico incalculável aos poderosos da ilha. Por isso, segundo as palavras do autor:

*“Fue necesario para los productores esclavistas la protección de sus esclavos no por considerarlos seres humanos que lo merecían, sino, fundamentalmente, para preservar su inversión, aunque muchas veces no lo lograron y existió una gran mortalidad en este sector de la población”* (BELDARRAÍN CHAPLE, 2010, p. 11).

Ao analisarmos a história da vacina em duas cidades do continente americano, invariavelmente deparamo-nos com a escravidão. No caso do Brasil e de Cuba, a chegada de africanos escravizados foi ponto de extrema preocupação quando o assunto era doenças contagiosas. Embora o conceito de contágio não fosse conhecido nesta época, sabia-se que os africanos eram potenciais transmissores da varíola, sobretudo, porque eram transportados em péssimas condições de higiene nos navios, mas também porque a varíola era uma doença endêmica no continente africano. Embora houvesse um maior cuidado por parte das autoridades reinóis com o desembarque de africanos em portos americanos na época contemporânea, sabemos que outros viajantes, que desembarcaram em localidades como o Rio de Janeiro e Havana também foram responsáveis pelo desenvolvimento de epidemias [12]. De qualquer maneira, os testes massivos em africanos recém-chegados ao continente no caso de Havana, ocorreram não somente pelo medo da doença que supostamente era trazida do outro lado do Atlântico, mas também pela conveniência em testar a novidade científica da época entre aqueles que ofereciam pouca ou nenhuma resistência devido às condições às quais estavam submetidos.

### **O mais útil descobrimento. A vacina em Havana.**

Há poucos processos tão bem documentados na história da ciência no continente americano entre fins

do século XVIII e princípios do século XIX quanto à chegada e posterior difusão da vacinação antivariólica em Cuba. A partir da atuação do médico Tomás Romay y Chacón, a vacina jenneriana alcançou mais pessoas em Havana do que na grande maioria das cidades americanas, mas antes de apresentarmos dados acerca dos primórdios da vacinação nesta localidade, devemos ressaltar a importância da expedição espanhola da vacina. Dirigida pelo médico alicantino, Francisco Xavier de Balmis, a expedição percorreu o continente americano difundindo a vacina a partir do ano de 1804, e o objetivo do empreendimento não era levar a imunização apenas aos escravizados.

Desde o México, passando pelo Caribe e atingindo a região do Rio da Prata, ao sul, Balmis, Salvani, suas enfermeiras e os meninos que carregavam em seus corpos o *cowpox* da vaca levaram o preventivo a milhares de pessoas, oferecendo a primeira alternativa de imunização em massa contra a varíola da história das Américas [13]. Ressalta-se a importância dos relatos deixados por Thomas Romay y Chacón, que é uma das personalidades médicas mais conhecidas da historiografia cubana e caribenha. Foi ele o responsável pela introdução da vacinação antivariólica na ilha, antes mesmo da chegada da expedição de Balmis no ano de 1804. Autor de inúmeros tratados sobre varíola, febre amarela, saúde pública, higiene, entre outras questões ligadas à medicina, Chacón contribuiu significativamente para o estudo das causas e controle das enfermidades na virada do século XVIII para o século XIX. Não por acaso é reverenciado como o fundador da ciência cubana, ou, como defendeu Vicente de Castro, o *Hipócrates Habanero* [12]. Mas, como toda a novidade, a vacina enfrentou resistências, e no caso das sociedades coloniais escravistas do continente americano, o método não foi empregado sem uma adaptação ao contexto local. Em 1804, com a chegada da vacina na ilha caribenha, os primeiros que passaram a receber a “lanceta” foram aqueles e aquelas que atracaram no porto, e que aguardavam compradores nos chamados *barracones de negros bozales*. Entre os anos de 1804 e 1808, o encarregado Marcos Sanchez Rúbio esteve semanalmente neste local vacinando sujeitos escravizados, e as páginas do jornal *El Aviso* estão repletas de informações detalhadas destas operações. Não encontramos qualquer menção de resistência da população à vacinação dos escravizados, ao contrário, uma das queixas de Romay y Chacón em seu relatório de 1805, apresentado às *juntas generales* foi de que as pessoas eram negligentes

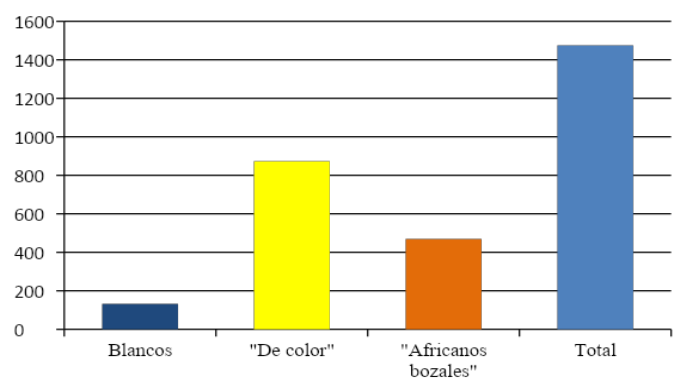
quanto à vacinação de seus filhos, apresentando, todavia, seus escravos para receberem o imunizante. Conforme o Dr. Chacón:

*La Junta Central quedó sorprendida cuando le informó la comisión que en octubre sólo se habían vacunado catorce personas blancas, y que las de color llegaron a doscientas cuarenta y ocho, siendo incontestable que en el espacio de un mes nacen en esta ciudad y sus arrabales mucho más de catorce niños blancos. Y cuando se rehúsa vacunar a éstos presentando a los esclavos con tanta confianza, ¿no podrá presumirse que se aprecia más el valor de ellos que la vida de un hijo?* (ROMAY y CHACÓN, 2005, p. 207) [14].

No mês de outubro de 1806, segundo o relato de Thomas Romay y Chacón, duzentas e quarenta e oito pessoas *de color* foram vacinadas em Havana, contra quatorze pessoas brancas. A discrepância entre a vacinação de brancos e negros chamou a atenção dos membros da junta, por isso o médico cubano indagou seus leitores naquele ano, afirmando que não poderia presumir que se apreciava mais o valor deles (escravos) do que dos próprios filhos. De facto, o tom irônico empregado por Chacón revela uma tendência de comportamento dos senhores e senhoras havanenses nos primórdios da vacinação antivariólica em Cuba.

Analisando as notícias do periódico “*El aviso*” e os relatórios da “*Junta central de la vacuna*” observamos uma diferença significativa entre as inoculações praticadas em Havana. As informações contidas nesses documentos nos trazem a dimensão do que estava acontecendo quando a população civil branca precisou decidir sobre a adesão ao preventivo, e os números de vacinados, neste caso, são representativos desta situação. Analisemos o gráfico abaixo.

**Gráfico 1:** Total de Vacinados em Havana segundo a cor e procedência (agosto a dezembro de 1804)



Fonte: (CHACÓN, 2005. p. 61-68).

No ano da chegada da expedição de Balmis e da formação da “*Junta Central de la Vacuna*” o procedimento foi aplicado em milhares de pessoas em Havana, como podemos verificar pela leitura do gráfico. Mas, o que chama a atenção ao analisarmos os números relativos ao segundo semestre de 1804 é justamente a alta razão de pessoas *de color* entre os vacinados nas casas capitulares. Enquanto apenas 132 pessoas brancas receberam a lançeta, 874 sujeitos não brancos foram imunizados com a técnica de Jenner em Havana entre os meses de agosto a dezembro de 1804.

Se considerarmos apenas aqueles homens, mulheres e crianças que se apresentaram nas casas capitulares, chegamos a um total de 1006 pessoas vacinadas nos últimos quatro meses do ano, destas 13,12% eram brancas, enquanto 86,87% eram *de color*. Outro dado que corrobora nossas interpretações é o alto número de vacinados nos chamados *barracones de bozales*. Nos relatórios da Junta Central apresentados entre os anos de 1804 e 1808, há inúmeras menções desta prática, que, não raro, encontrava resistência dos cativos e capitães de navios. Segundo Romay y Chacón, o encarregado Marcos Sanches Rúbio cumpriu com zelo e dedicação a missão de vacinar os africanos recém-chegados nos *barracones* desde o princípio. Em seu relatório às *juntas generales* no ano de 1805, o médico faz a seguinte referência ao elogiar o trabalho de Rúbio

*También ha ocurrido a los barracones a ofrecer el mismo beneficio, no obstante la repulsa que ha sufrido varias ocasiones. Su inteligencia y celo presenta en este santuario de la humanidad y del patriotismo a cuatro mil novecientos noventa individuos preservados en este año por la vacuna de una enfermedad exterminadora* (ROMAY y CHACÓN, 2005, p. 231).

Ao louvar o trabalho realizado por Marcos Sanchez Rúbio, Chacón nos informa a quantidade de pessoas vacinadas naquele ano em Havana, quatro mil novecientos e noventa indivíduos preservados pela vacina. Este número refere-se ao total de vacinados na cidade em 1805, sabemos disso porque ao continuar seu relatório, Chacón afirma que “*aunque este número es muy inferior al de los nacidos en esta ciudad en ese tiempo, y al de negros bozales introducidos en ella, sin embargo la comisión se lisonjea de que en muchos pueblos de América, aun más populosos que La Habana, no ha tenido tantos prosélitos el descubrimiento del inmortal Jenner*” (ROMAY y CHACÓN, 2005 p. 231). Neste caso, Chacón estava correto em louvar os feitos da vacinação na ilha, e os números totais de vacinados são prova da extensão daquela prática entre os cubanos

já nos primeiros anos. Na tabela abaixo, reproduzimos os números apresentados no relatório de Tomás Romay y Chacón no ano de 1814 à *Sociedad de Amigos del País*, nela é possível apreender o número total de vacinados, segundo as estimativas do médico nos primeiros sete anos após a chegada da expedição de Balmis à ilha.

**Tabela 1:** Resumo das pessoas vacinadas desde o ano de 1804 em Havana e Cuba segundo o médico Tomás Romay y Chacón

Ano	Na cidade de Havana	Na ilha de Cuba
1804	7469	16.779
1805	4990	6.613
1806	4879	15.824
1807	2714	6.675
1808	2150	9.618
1809	1837	5.213
1810	9315	13.477
Total	57.159	111.963

Fonte: (CHACÓN, 2005. p. 276).

De facto, a vacinação em Cuba, sobretudo, na cidade de Havana, caminhava a passos largos entre os escravizados recém-chegados e os sujeitos *de color* que eram vacinados semanalmente nas casas capitulares. Entre os anos de 1804 e 1808 os números indicados de vacinados em *los barracones* são imprecisos, mas as menções a essa prática são abundantes nos relatórios da *Junta central de la vacuna*. Assim, não nos resta dúvidas que a vacinação dos africanos recém-chegados era uma prioridade para as principais autoridades da ilha caribenha.

Na tabela abaixo reunimos os números de vacinados na cidade de Havana e seus arredores entre os anos de 1804 e 1808. Vejamos:

**Tabela 2:** Vacinados em Havana. Casas capitulares e barracões. 1804-1808)

Ano	Casas capitulares	Barracones de Bozales	Total de vacinados em Havana
1804	1006	469 <sup>1</sup>	7469
1805	Não consta	Não consta	4990
1806	Não consta	Não consta	4879
1807	1286	1428	2714
1808	2150	1508	3953

Fonte: (CHACÓN, 2005. p. 276).

<sup>1</sup> Este número corresponde aos africanos vacinados entre agosto e dezembro de 1804. Em relação ao primeiro semestre do ano não pudemos encontrar o número de inoculados nos barracões. Na documentação deixada por Romay y Chacón, consta apenas que foram vacinados entre fevereiro e julho de 1804, 1006 pessoas nas casas capitulares, sendo que 90 destas eram brancas e o restante *de color*.

Para os anos de 1805 e 1806, como se vê, não foi possível precisar quantos daqueles indivíduos que foram vacinados eram africanos recém-chegados. Mas do total de pessoas que receberam o remédio em 1806, consta que eram todos *párvulos, negros o bozales*. Os dados mais completos que dispomos correspondem aos anos de 1807 e 1808. Dos 2714 vacinados no ano de 1807, 56,6% eram africanos que haviam chegado há pouco na cidade. No ano seguinte, esse grupo representou 38% entre o total de imunizados. Ao que parece, o historiador Beldarrain Chaple (2010) está correto ao ponderar que os africanos já não circulavam mais em Havana sem a vacina depois de 1804.

Deste modo, a vacinação passou a ser obrigatória para este setor da população e o grande interesse manifestado pelos integrantes da *Real Sociedad Económica de Amigos del País* pela vacinação nos primeiros tempos se deve ao fato de que todos, sem exceções, eram senhores de escravos [11]. Por trás do interesse humanitário e científico, havia o interesse econômico, já que a população escravizada africana era realmente uma das mais afetadas pela varíola. O mesmo autor argumenta que os africanos recém-chegados, também chamados de *bozales* eram especialmente vigiados porque, em muitos casos, a população de Havana carregava a imunidade natural, oferecida após a passagem de uma epidemia de varíola, e a introdução destes sujeitos em um local onde a doença era endêmica representava um risco para a classe senhorial, que, não raro, via seus investimentos perdidos.

Cruzando os dados apresentados por Beldarrain Chaple (2010) com os números de vacinados expostos pela *Junta central de la vacuna* e, levando em consideração as inúmeras queixas de Romay y Chacón quanto a baixa adesão da população branca, podemos afirmar que os africanos e seus descendentes foram alvo prioritário da vacinação jenneriana na ilha caribenha entre os anos de 1804 e 1808. Os escravizados que atracavam no porto foram vacinados pelo licenciado Marcos Rubio no período investigado. Este médico percorria os *barracones* aplicando a lanceta naqueles indivíduos, e às quartas e aos sábados, seguia vacinando na casa capitular de Havana majoritariamente sujeitos *de color* [15].

Ao examinarmos as práticas de vacinação entre os escravizados na cidade de Havana, devemos relativizar a ideia de que os africanos que chegavam no porto eram os principais responsáveis pela introdução de novas epidemias. No caso da varíola, como podemos observar, a tecnologia disponível à época para “prevenir” a

enfermidade foi especialmente difundida entre esses grupos, por isso os vendedores que anunciavam escravizados no principal periódico em circulação na ilha, incluíram a expressão *ya vacunado*.

A população civil branca não acudiu à vacinação da forma esperada por Romay y Chacón nos primeiros tempos. Os *antivacunistas* se levantavam contra o preventivo e uma das formas de resistência ao que consideravam uma imposição do Reino e de parte da elite crioula em Cuba, foi manter seus filhos longe da vacina, o mesmo não ocorreu com a população escravizada. Como vimos, entre as principais reclamações de Chacón estava o fato de que muitos homens e mulheres apresentavam seus cativos nas casas capitulares, mas não permitiam que seus filhos fossem vacinados, uma atitude aparentemente contraditória, mas que pode ser explicada se levarmos em consideração outros elementos.

Neste caso, há que se considerar que a ignorância dos benefícios da vacina era compartilhada pelos diferentes setores sociais que compunham as sociedades coloniais, em outras palavras, é provável que boa parte dos membros da elite havanense não considerasse o preventivo enquanto um método seguro, capaz de preservar seus filhos dos efeitos desastrosos da varíola. Contudo, diante dos apelos realizados por homens ilustres daquela sociedade, como o Dr. Romay y Chacón, a solução foi apresentar os escravizados aos vacinadores. Nos barracões de *bozales*, todavia, a vacinação caminhou a passos largos. Deste modo, se considerarmos que a vacina era eficaz, os africanos recém-chegados estavam mais protegidos do terrível flagelo da varíola em Havana em princípios do século XIX do que os filhos brancos da elite escravocrata cubana.

## Meninos e escravizados. A vacina no Rio de Janeiro

Diferentemente do ocorrido em Havana, na cidade do Rio de Janeiro a vacina não avançou significativamente na primeira década do século XIX. É preciso referenciar, entretanto, que a chegada do preventivo remonta os anos de 1803 e 1804, primeiro na cidade de São Paulo e posteriormente em Salvador [8] [12]. Por iniciativa de um senhor de escravizados e rico comerciante da Bahia chamado Felisberto Caldeira Brant, sete crianças foram enviadas à Lisboa para receberem a vacina e transportarem em seus corpos o material varioloso, que seria inoculado em outras pessoas no Brasil.

As motivações que levaram Caldeira Brant a realizar tal feito ainda são desconhecidas, supões-se, entretanto, que este comerciante estivesse informado dos feitos da expedição espanhola da vacina nas Américas, já que o experimento guarda semelhanças com o método adotado por Balmis e Salvani, que partiram de *La Coruña* na Espanha com vinte e dois meninos carregando o material varioloso em seus corpos. Além disso, segundo a documentação oficial, o navio Bom Despacho retornou à Bahia em 30 de Dezembro de 1804, mais de um ano após o início da expedição de Balmis, o que nos leva a crer que as informações relacionadas à vacina estavam circulando com relativa rapidez no continente americano.

Em ofício enviado ao Visconde de Anadia, Francisco da Cunha Menezes informa, mais uma vez, a prioridade em vacinar os meninos escravizados e índios. Vejamos:

*Tendo chegado a este porto no dia 30 de dezembro passado, o navio Bom Despacho, que transportava os 7 negrinhos d'aqui enviados para conduzirem a vaccina, por alguns negociantes d'esta cidade, (aos quaes no real nome louvei esta feliz lembrança, como o Príncipe N.S. se dignou em ordenar-me em ofício de 10 de Novembro do anno findo), no dia subsequente se deu logo princípio ao uso deste preservativo das bexigas fazendo na minha presença administrar a vacinação com o humor do último dos 7 vacinados a mais de cem pessoas de diversas idades pelo cirurgião daquele navio, Manoel Moreira da Rosa e o médico José Avelino Barbosa. (OFÍCIO DE FRANCISCO DA CUNHA MENEZES, 1805, s.p). [16].*

Na mesma correspondência, Francisco da Cunha Menezes afirma, ainda, que havia distribuído entre alguns médicos “os impressos que vossa excelência remetteo” e os possíveis procurarei se introduza nas outras partes do Brasil.”(OFÍCIO DE FRANCISCO DA CUNHA MENEZES, 1805, s.p). Em outra carta, enviada 21 dias após o primeiro comunicado, Menezes presta conta a Anadia quanto às observações do médico José Avelino Barbosa, sobre os efeitos da vacina “preservativa da varíola”.

*O médico José Avelino Barbosa, a quem sua alteza real foi servido encarregar a direção da vacinação nesta capitania me apresenta essas duas cartas huma para o cirurgião mor da armada Teodoro Ferreira de Aguiar, e outra para o Doutor Jenner, em Londres, em que lhe participa algumas observações suas a respeito da vaccina neste Paez. Deos guarde a V.Exa, Baia, 26 de Janeiro de 1805. (OFÍCIO*

DE FRANCISCO DA CUNHA MENEZES, 1805, s.p).

Os trechos acima, selecionados com a intenção de problematizar os acontecimentos relacionados à introdução da vacina no Brasil encontram-se em documentos custodiados pelo Arquivo Ultramarino em Lisboa e são testemunhos das impressões trocadas pelos burocratas do Reino tanto na colônia quanto na metrópole acerca da grande novidade do momento; a vacina animal. Da Bahia, a vacina teria sido transportada às demais capitâncias como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Sobre a chegada da vacina na cidade do Rio de Janeiro, há menções em um documento produzido no ano de 1859 por dois intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em um parecer sobre a introdução do preventivo no Brasil feito a pedido do imperador, D. Pedro II. Manoel de Macedo e Joaquim Norberto rememoram a atuação de Hércules Otaviano Muzzi, médico que foi o responsável pelas primeiras incursões com a vacina jenneriana no Rio de Janeiro antes da chegada da Corte. Segundo Macedo e Norberto:

*“Em 1804 veio a vacina pela primeira vez ao Brasil mandada pelo governo de Portugal, cooperando para isso o exmo. Marquês de Barbacena, que enviou escravos seus a Lisboa para virem-na reproduzindo de braço a braço, e chegar à Bahia em todo o seu vigor e energia, dando se a direção deste trabalho ao doutor José Avelino Barbosa. O governador da Bahia, segundo as ordens que tinha recebido de Portugal, mandou para esta Corte, vindo um cirurgião militar vacinando índios em toda a viagem até que chegou a esta Corte em dias de outubro do mesmo ano. (LOPES e POLITO, 2007 p. 603). [17].*

Não sabemos maiores detalhes sobre a vacinação no Rio de Janeiro nestes primeiros anos. Pessoas vacinadas, condição jurídica, idade ou posição social. Ao que parece, a atividade permaneceu circunscrita às iniciativas de particulares sem ter merecido maiores esforços por parte do Reino de Portugal até, pelo menos, o ano de 1808, quando a Corte de D. João VI irá desembarcar na capital fluminense. Com a chegada da Corte portuguesa em 1808, a antiga cidade colonial do Rio de Janeiro passa a ser a capital do Reino e diversas mudanças ocorrem a partir deste momento. Sabemos que em matéria de prevenção às epidemias, o Rei empenhou-se pessoalmente em garantir que a vacina antivariólica fos-



se administrada em um maior número de pessoas, por isso deu ordens para a criação da Junta Vacínia da Corte, órgão que passou a funcionar no ano de 1811.

Mas, de facto, em 1805, o médico José Avelino Barbosa estava vacinando na Bahia de todos os santos. É curioso observar que suas experiências na porção sul da América portuguesa foram enviadas ao próprio Edward Jenner na Inglaterra, é o que se entende da carta redigida por Barbosa ao visconde de Anadia naquele ano. O outro médico que recebeu informações em primeira mão do novo preventivo foi o cirurgião-mor da armada, Teodoro Ferreira de Aguiar, que residia no Rio de Janeiro. Aguiar aparecerá mais tarde como o responsável pela vacinação antivariólica nas páginas do correio brasileiro, conforme a edição 79, de 2 de outubro de 1811 [18].

Como se vê, as redes de relações que se estabeleciam em torno da vacina nos primeiros tempos envolveram comerciantes, médicos e os encarregados do Reino na colônia. Neste período, a fronteira entre as esferas pública e privada não eram delimitadas com precisão e a atenção ou cuidado para com as doenças potencialmente epidêmicas eram vistas como atos de caridade e generosidade de particulares interessados no bem comum. A atitude do Rei em mandar vacinar seus súditos também foi objeto de louvor nos primeiros anos do século XIX, tal feito era entendido não como uma obrigação do soberano, mas como prova de sua extrema benevolência.

Em verdade, no que se refere às primeiras tentativas de imunização contra a varíola no Brasil, para além da suposta generosidade dos comerciantes baianos que mandaram buscar o material varioloso na Europa, observamos seus interesses em vacinar a escravidão, que representava, segundo a idéia manifestada à época, um perigo iminente de contágio. Além disso, não foram poucos os relatos das imensas perdas financeiras provocadas pelas mortes dos escravizados, que eram trazidos da África para garantir o trabalho na porção americana dos domínios portugueses.

Nesse caso, os escravizados estiveram entre os primeiros a serem imunizados, garantindo e viabilizando a chegada da vacina ao continente. É certo, contudo, que na porção dominada pelo Império espanhol nas Américas, a expedição de Balmis garantiu que mais

pessoas fossem vacinadas.

Quanto ao Rio de Janeiro, os escravizados não apenas foram alvo de inoculações, como viabilizaram o primeiro plano de vacinação que existiu no Brasil, foi a partir da iniciativa de Felisberto Caldeira Brant que mais pessoas puderam ser imunizadas. De qualquer maneira, é preciso sublinhar que o “costume” de vacinar os escravizados nos primeiros anos da chegada da técnica às Américas não era uma particularidade do Brasil ou do Rio de Janeiro, em Havana os escravizados e os africanos recém-chegados foram os primeiros vacinados. No caso de Cuba, entretanto, há que se considerar, mais uma vez, a atuação do médico Thomás Romay y Chacón, que buscou difundir a prática antes mesmo da chegada da expedição idealizada pelo Império espanhol e coordenada por um dos médicos mais famosos daqueles tempos, o alicantino Francisco Xavier de Balmis.

Finalmente devemos considerar que, ao submeter os africanos recém-chegados à vacinação, como ocorreu em Cuba, os membros mais abastados destas sociedades coloniais foram capazes de testar a eficácia do preventivo naqueles indivíduos a quem, ironicamente, negavam a humanidade. Por esta razão a vacinação triunfou em Havana, os primeiros testes realizados pelo médico Romay y Chacón e seus companheiros de trabalho foram bem sucedidos. Ao comparar os processos desenvolvidos em torno da vacina antivariólica nas cidades do Rio de Janeiro e Havana observa-se que as duas localidades priorizaram os sujeitos escravizados quando passaram a utilizar a técnica jenneriana, mas, talvez essa seja a única semelhança encontrada nos limites deste estudo. A ilha caribenha alcançou maior êxito na vacinação na primeira década do século XIX e as ações pensadas em Havana para que a medida, de facto, ocorresse não podem ser comparadas com os processos ocorridos no Rio de Janeiro, que só viu a “política de vacinação” causar algum impacto após a segunda metade do século XIX, quando o Brasil já se encontrava independente de Portugal.

## Conflitos de interesse

A autora declara que não existem conflitos de interesse relacionados com o presente artigo.

## Bibliografia

1. Fernandes TM. *Vacina antivariólica*. Ciência, técnica e poder dos homens, 1808-1920. 2.ed. Editora FIOCRUZ, 2010.
2. Santos YL. *Irmãos do Atlântico*. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. USP. São Paulo, 2012, 325 p.
3. Nascimento D; Carvalho DM; Marques RC (orgs.). Uma história brasileira das doenças. v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
4. Freitas O. *Doenças Africanas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
5. Aguilar AP. Miscelânea cubana sobre el entorno sanitario de los africanos esclavizados. *Intercambio*. Año 6, n. 7. 2009. pp.129-156.
6. Chalhoub S. *Cidade Febre*: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.
7. Fernandes T. Variolização, vacina e revacinação”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10, supl. 2, 2003, pp. 461-474.
8. Camargo LS. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Histórica*. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.28, 2008, pp.1-11.
9. Portugal, FS. *A institucionalização da vacina antivariólica no Império Luso-brasileiro nas primeiras décadas do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018, 198 p.
10. López Sánchez J. Cuba. Medicina y civilización: siglos XVII y XVIII. La Habana: Editorial Científico-Técnica; 1997. 80. LÓPEZ SÁNCHEZ J. La conquista de la fiebre amarilla por Carlos J. Finlay y Claudio Delgado. *Med Hist*. 1997; (69):1-16.
11. Beldarrain Chaple E. Las epidemias y su enfrentamiento en Cuba 1800-1860. Tesis para optar por el título de doctor en ciencias de la salud. Ministerio de la salud pública. Centro nacional de información y ciencias médicas. Ciudad de la Habana, 2010, 128 p.
12. Brizola J. *Cidades enfermas*. Epidemias, instituições e sujeitos. Rio de Janeiro e La Habana na época colonial. Tese. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2022, 333 p.
13. Ramirez Martín, SM. Por la salud del Imperio. La Real Expedición filantrópica de la Vacuna. Madrid, *Doce Calles*. 2002.
14. Romay y Chacón T. Obras Completas. Ed. Academia de Ciencias de la República. La Habana, Cuba. 1965. Vol. 1-4. 464 p. vol. Disponível em [www.ufdc.ufl.edu](http://www.ufdc.ufl.edu). Acesso em 26/02/2022.
15. El Aviso. *Hemeroteca Digital de España*. La Habana. 1805, n.º 64, s.p. Disponível em <http://hemerotecadigital.bne.es>. Acesso em 15/01/2022.
16. Ofício. Francisco da Cunha Menezes para o visconde de Anadia. *Conselho Ultramarino*. Cx. 136. Doc. 27077. 1805. Documento disponível em <http://resgate.bn.br>. Acesso em 04/10/2021.
17. Lopes MB; Polito R. Para uma história da vacina no Brasil – um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, abr./jun. 2007, pp. 595 -605.
18. Gazeta do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional Digital do Brasil.nº. 79. 02/out/1811. p. 7. Disponível em [www. http://memoria.bn.br](http://memoria.bn.br). Acesso em 10/10/2023.